

**Acción  
Realis  
ta**

**revista  
quinzenal**

# Produtos de beleza Z Á Z Á

(MARCA REGISTRADA)

A essência Zázá é o perfume das elegantes

**Crème Zázá,** especialidade incomparavel para tirar as sardas, manchas, rugas, etc. (não é gorduroso) **Caixa 7\$900 réis**

**Depilatorio Zázá,** inofensivo, tira os pelos por completo, deixando a pele muito fina e aveludada. **Frasco 7\$900 réis**

**Pó d'arroz Zázá,** muito aderente e deliciosamente perfumado, suaviza e refresca a pele, em Branco, Rosa e Rach-l. **Caixas de 1\$900, 2\$900 e 3\$900 réis**

**Brilhante Zázá,** em pó, o melhor para polir as unhas. **Tubo 3\$900 réis**

**Brilhante Zázá,** liquido, conserva as unhas brilhantes durante 15 dias, tem junto a maneira de usar. **Caixa com 2 frascos 12\$500 réis**

**Shampoo Zázá,** em pó, infalivel destruidor da caspa. **Pacote 1\$500 réis**

**Shampoo Zázá,** liquido, é dos shampoos liquidos o melhor, lava rapidamente a cabeça friccionando-a muito bem. **Frasco 12\$500 réis**

**Bigoudis Zázá,** frizador a frio com fitas de diversas cores. **Caixas de 6. 3\$950 réis. Fitas de 12. 4\$950 réis**

**Vinaigre de Rouge Zázá,** inofensivo, rouge liquido especial para os labios. **Frasco 4\$500 réis**

**Tintura Juvence Zázá,** superior ás melhores para tingir o cabelo, castanho, castanho escuro e preto. Tem junto a maneira de usar. **2 frascos 29\$000 réis**

**Talco Zázá,** para o Bébé, especial para recém-nascidos. **Caixa 4\$900 réis**

**Pasta Dentifrica Zázá,** branqueia os dentes conservando-lhes sempre o seu esmalte natural, desinfecta e aromatiza a boca. **Cada 4\$900 réis**

**Pélonglia,** tira por completo as peles das unhas servindo tambem para as limpar por dentro. **Frasco 7\$900 réis**

**Gellée Aux Accacias** preparado especial para evitar e fazer desaparecer o cieirol e o grattamento da pele. **Bianaga 3\$900 réis**

**Branco de Hespanha** Pó d'arroz liquido preparado ideal para branquear o rosto, colo, braços etc., recomendado para peles gordurosas. **Frasco 7\$900 réis**

**DESCONTOS A REVENDEDORES**

**Deposito para Portugal, colonias e Brazil**

## PERFUMARIA MIMOSA

102, RUA DO OURO, 104 — LISBOA

TELEFONE C. 4050

MANUCURE—TRATAMENTO DAS 11 ÁS 19 HORAS



# AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Junior	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	--

## A burla das eleições

Dos males tremendos que a mão justiceira de Deus tem feito cahir sobre Portugal, um dos mais funestos, como agente de desmoralisação, é a burla das eleições. Logro infame, fraude torpissima, indigna mystificação, causa lamentavel de crimes, de erros, de tão deploraveis quanto repugnantes attentados contra a moral, contra a lei e contra o direito!

Quando falam as urnas, cala-se a voz das consciencias, atam-se os maços de listas e desatam-se os maços de notas, despeitaram-se a traficancia e a trapaça e cobrem-se de luto a dignidade e a virtude.

Eu conheço bem o que são e o que valem, em Portugal, as eleições. Por meu mal, andei n'ellas envolvido desde muito moço, e, se não póde quem quer que seja accusar-me, com verdade, de ter prejudicado, n'um só voto que fósse, os meus adversarios politicos, eu tenho o direito de lançar em rosto a muitos d'estes o roubo indecoroso, que me fizeram, de milhares de votos, que legitimamente ao meu nome pertenciam. Por isso aqui lhes lanço em rosto, bem alto, o nome de ladrões, pois não é ladrão sómente o que, na sombra protectora da noite, vae á estrada, arriscando-se a perder a vida, assaltar o viandante, que passa descuidado.

A maior parte das leis eleitoraes promulgadas em tempos idos e nos que vão correndo, tem tido por unico fim garantir as maiorias aos governos usufructuarios do poder. Por vezes, succedeu que os ministerios, que tinham segura e certa a maioria esmagadora dos deputados, cahiam poucos dias antes d'aquelle em que deviam realizar-se as eleições geraes. O prato da balança oscillou e pendeu immediatamente para o lado do novo governo, e o partido, que, dias antes, ia vencer largamente as eleições, em todo o paiz, alcançou apenas um reduzido numero de deputados, ao passo que o outro obteve uma espantosa maioria! Ah!... A pureza, a legitimidade, a logica do suffragio popular, a que um grande escriptor nosso chamou «o suco gastrico do aparelho digestivo da politica portugueza»!...

Houve, ha annos, uma lei eleitoral que ficou conhecida pela desprezadora denominação de *ignobil porcaria*. Mas, acaso não seriam porcaria ignobil todas as leis eleitoraes, e não o seriam tambem as eleições cozinhadas no caldeirão immundo d'essas leis?...



\* \* \*

O parlamento tem sido accusado, com razão e com justiça, de muitos erros, de imperdoaveis abusos, de consideraveis desacertos ; mas algumas vezes tem tido a vantagem de evitar, por exemplo, em materia de orçamento, escandalos graves e prejudicialissimos, que alguns ministros praticariam se não se arrecessem da fiscalização parlamentar e das contas que lhes seriam pedidas pelos membros do poder legislativo. Essa funcção, a exercerão as Cortes Geraes.

Nas eleições, no suffragio popular, nada, absolutamente nada, ha de aproveitavel. Ainda quando as massas eleitoraes votam sem coacção, fazem-n'o inconscientemente, sem comprehensão do acto que praticam. Fazem-n'o sem conhecimento, sem capacidade para apreciar o direito de votar, sem aptidão para escolher quem melhor as deve representar. Como é que o eleitor, em regra falto de instrucção, o povo ignaro, póde decidir, com o seu voto, quem é mais competente para exercer funcções de altissima importancia, actos de governo, de administração, de poder ? Como é que a multidão facciosa, cega, apaixonada, se póde attribuir serenidade, clareza de espirito, de intelligencia, para praticar um dos actos mais ponderosos da vida d'uma nação ?

Demais, quem vota não é o eleitor : quem vota é o influente, é o mandão, é o *cacique*. E' este que dispõe dos votos, dos eleitores, das urnas. Para o terem do seu lado, os governos sujeitam-se á sua tyrannia, ao seu despotismo, e obedecem servilmente ás suas ordens. Livram-lhe os recrutas, empregam-lhe os parentes e os afilhados, constroem-lhe a estrada para a porta, com prejuizo da utilidade geral, e até o isentam do crime, se elle o commette, e o alliviam da carga dos impostos, se com arrogancia o exige.

E' assim que o influente ganha preponderancia, se torna importante e leva os ministros a praticar escandalos, illegalidades, violencias, e a descer ao favoritismo mais repugnante.

Quantos *caciques* esperam impacientemente a epoca das eleições, para que os seus credores lhes dêem por saldadas as dividas, para que os candidatos lhes comprem por bom dinheiro os votos de que dispõem ! . . .

Póde haver, porventura, immoralidade mais vil e mais abjecta ?

\* \* \*

As eleições são escola propicia ao abastardamento dos caracteres, á corrupção, á veniaga, ao mercantilismo. São tambem motivo para a pratica de tranquibernias inverosimeis.

Não chegaria um grosso volume *in-folio* para enumerar as prestidigitações e as tra-moias que teem sido postas em pratica pelos politicantes sem escrupulos, para arrancar das urnas votações falsas e mentirosas. Desde os cordões sanitarios, postos em volta de freguezias e aldeias, para, a pretexto de doenças infecciosas que nunca existiram, impe-



dir que os votantes concorram ás assembleias eleitoraes, até ás urnas de fundo movel, que giram ao sabor dos escamoteadores de listas, quantas patifarias teem sido commettidas para roubar aos verdadeiros eleitos os votos que legitimamente lhes pertenciam !

Quantas vezes, sob a protecção criminosa da força armada, se exercem pressões, se prendem cidadãos pacíficos, se expulsam eleitores das assembleias, se falsificam actas, se impede o livre direito de votar. E se os espoliados recalcitram e protestam, quantas vezes são fuzilados á queima roupa, correndo a jorros o sangue innocente de bons servidores da patria, de paes de familia, que deixam mulheres na viuvez, crianças na orphanidade, familias na penuria e na miseria ! . . .

Acaso são carregadas as tintas do quadro ? — Não ! Os factos falam mais alto e com mais eloquencia do que tudo o que a minha penna desenfeitada podesse pallidamente escrever.

E' necessario que as eleições acabem. E' indispensavel, para beneficio do paiz, que todos os que se interessam pelo progresso social da nossa terra ponham hombros á empreza de varrer da portugueza legislação a burla infame das eleições.

Só a Monarchia tal poderá fazer ? — Certamente ! E ha de fazel-o, para bem da nação e da grei.

*Antonio Cabral.*

**O parlamento é o grande armário da democracia que nada tem dentro e vive á custa do instituto monarchico. Não queremos no entanto privar o povo desse brinquêdo. (Chamo lhe brinquêdo porque a maior parte do povo italiano o toma como tal.) Não acabaremos com êle. No fundo o que nos separa da democracia é a nossa mentalidade e os nossos meios de acção.**

*Mussolini.*



## E' preciso trabalhar

De dia para dia se manifesta a necessidade imperiosa da propaganda intensa e extensa das doutrinas organicas da Monarchia. O liberalismo monarchico conduziu-nos á desgraçada situação em que se formulou o dilêma terrivel : ou Republica ou Anarchia, — o que traduzido por outras palavras, quer dizer : ou Anarchia mansa, ou Anarchia brava. Para não cahirmos logo na Anarchia brava, houve que recorrer á Anarchia mansa. O liberalismo republicano põe deante de nós est'outio dilema : ou Monarchia anti-parlamentar ou Anarchia. O dilêma formulado como consequencia da acção do liberalismo monarchico, não era bem um dilêma : era uma bifurcação, aliás convergente. A Anarchia mansa (Republica) e a Anarchia brava levam ambas á destruição da Nação, mas a situação que a Republica creou, essa é bem dilemática : ou Anarchia ou Monarchia anti-parlamentar. A Anarchia dissolverá totalmente a Nação. Todos os elementos nacionais se dispersarão e destruirão debaixo do influxo da Anarchia. A Monarchia anti-parlamentar será a consolidação dos elementos fundamentais da Nação. A Monarchia liberal, parlamentar, democratica (dizemol-o sem rancor, e sem impertinencia) traz dentro d'ella propria a sua propria morte. Em paiz nenhum do mundo, a Monarchia liberal deu bons resultados, áparte a Inglaterra, terra da sua origem, mas que por todos os motivos, não pode servir de modelo aos paises continentais.

Restituir Portugal ao regime monarchico vigente em 1910 é condemnar a monarchia portugueza á morte definitiva, ao descredito definitivo. Não serão passados muitos mezes, e a atmospheria para a restauração da Republica estará creada. Se fossemos republicanos, empregariamos, hoje, todos os esforços para a restauração da Monarchia liberal. Porque desse acto, sahiria, e não a praso muito longo, o advento definitivo da Republica democratica.

E' para evitar esse sistema de brincar aos regimes, que a Nação deseja a Monarchia anti-liberal, a verdadeira monarchia nova.

Ainda nós estamos na opposição, e já revelamos, uns e outros, a natureza verdadeira das nossas intenções e das nossas possibilidades.

Os monarchicos liberais restringem-se á propaganda negativista, perdendo, n'ella, tantos e tantos admiraveis elementos.

Causa pena ver a inutilidade dos esforços de energias combativas ardorosas como a de Cancellia de Abreu ; causa pena ver o desperdicio inutil e intelligencias ponderadas como a de Morais de Carvalho — alli n'aquelle Parlamento que, como todos os parlamentos, só serve para anarchisar a Nação.

Gastou-se dinheiro ; correu-se o risco grave de aggressões e mortos — para quê ? Para nada. A batalha eleitoral é optima como adestramento das hostes politicas, como parada das forças politicas. Effectual-a só por a effectuar, é um divertimento talvez muito curioso, mas é uma canceira estupidamente inutil. Os deputados republicanos eram os portavozes d'alguma coisa que, entre bastidores, se preparava. Os deputados monarchi-



cos de hoje não são os portavozes de nada, pois que todos os dias, os monarchicos declaram, nos seus jornais, que fazer a monarchia, nesta altura, seria um disparate sem nome...

Afinal, para que existem os monarchicos? Não sei. Mas elles dizem que fazer a monarchia, nesta altura, seria uma tolice sem perdão...

E nós? Nós entendemos que pudéssemos nós fazer a Monarchia neste dia, nesta hora, — e não hesitavamos, porque a Monarchia é a salvação da Nação — e quanto mais depressa a salvarmos menos ruinas temos a remediar, menos edificios temos a erguer. Quanto mais depressa, melhor; quanto mais tarde, pior! E' inacreditavel que não vejam isto os dirigentes monarchicos que proclamam que fazer a monarchia nesta occasião — crêdo!

E nós? Nós dizemos o que queremos, que monarchia queremos. Nós não queremos a monarchia ponto de interrogação, esphingica, caixinha de Pandora, mascarada. Nós queremos uma monarchia em determinadas condições, de certa natureza, — uma monarchia que seja portugueza em tudo e acima de tudo.

Toda a gente sabe que especie de monarchia nós queremos.

Mas é preciso dizel-o muitas vezes, e de muitas maneiras, e em muitos logares — não aos republicanos, mas aos monarchicos. Entendo que o que é preciso conquistar não são as massas republicanas: são as multidões monarchicas, que não sabem bem o que ser monarchico; são as influencias monarchicas que ainda lêem pela cartilha do partido progressista, do partido regenerador, do partido dissidente; são os antigos ministros que têm ainda o culto dos sagrados principios liberais, e acendem, todas as noites, a lampada deante da Carta Constitucional; são os conselheiros que adoram o Progresso; são os eleicoeiros que sonham com as habilidades e as escamoteações eleitoraes: é todo o exercito monarchico que delira com a imagem da pelle do urso, mas não tem na cabeça uma ideia, uma só que se aproveite, e sirva o interesse nacional.

Para essa conquista necessaria, andamos aqui, todos nós a trabalhar. Mas esta revista não basta. Emquanto o jornal não aparece, outros meios ha de que podemos e devemos lançar mão: a conferencia.

Era da máxima conveniencia estabelecer-se um programa de conferencias a realizar em todo o país, para os monarchicos, — não para se desancar a Republica que já não precisa disso, mas para que os monarchicos aprendam a ser monarchicos, e fiquem sabendo o que deve ser a monarchia que ha de salvar-nos a todos.

Que os nossos amigos se movimentem e obtenham as condições indispensaveis para que essas conferencias de monarchisação dos monarchicos se realizem, são os meus desejos.

*Alfredo Pimenta.*

**A nossa revista encontra-se depositada  
no Porto, na «Acção Realista Portuguêsa»,  
Travessa da Figueirôa, 43, r/c.**



## A velha provincia Portuguêsa

Que a divisão territorial do nosso país não corresponde á verdade necessaria de uma divisão nacional, todos o sabem, ou, pelo menos, todos o dizem, razão bastante para que todos ignorem isso que dizem ou sabem.

Como vae longe o tempo em que Nunes do Leão escrevia o «capitulo II» da sua *Descripção de Portugal!* — «O reino de Portugal se divide em seis regiões, ou provincias. A primeira terra d'entre Douro e Minho, a segunda a Provincia de Tras-os-Montes, a terceira a Beira, a quarta a provincia de entre Tejo e Guadiana em que se contem o Campo de Ourique, a quinta, a Estremadura de que é cabeça a grande cidade de Lisboa, que per si soo com seu termo he hun grande reino, a sexta he o reino do Algarve». (1610 — folha 3 e 3 v.).

Onde isso vae!

A divisão, assim feita não seria em muitos casos impecavel, mas era logica. Definira-a logicamente a conquista, a seguir a defesa confirmára-a, e finalmente a organização fixára-a. Por direito historico e por ordenação tradicional, a provincia era a unidade administrativa: e não só a unidade politica, mas a unidade tributaria e militar. Esta caracterização politica ia mais ou menos ao encontro da caracterização regional, nos aspectos demographico, cultural, corographico, etc.

Mas isto dava-se no tempo em que a provincia era uma realidade, isto é, quando a essa diferenciação territorial correspondia uma necessidade nacional e uma individualidade politica. Eram seis as provincias, sucessivamente formadas pela conquista do Norte a Sul, do Entre-Douro-e-Minho ao Reino do Algarve, emparceiradas de começo no empossamento as duas mais a cavaleiro de Portugal, esse Entre-Douro-e-Minho e a vizinha Trás-os-Montes.

O reino era uma confederação de seis reinos secundários, de direitos solidários, de privilegios autonomos, todos subordinados à unidade, nacional e superior do Rei. Em essa organização perfeita, o agente nato e organico da ligação ou convergencia das unidades nacionaes — unidade territorial, unidades politicas, unidades militares, unidades populacional, — era a pessoa sobrestante e magestática do Rei.

Que melhor exemplo que esse, para provar que a democracia de grande inicial é a ilusão dos grandes palavrões, enquanto o «absolutismo», outro palavrão desacreditado, ainda põe á frente dos olhos as liberdades da democracia de inicial minuscula, dos velhos tempos! Descentralização, — a provincia autonoma, o municipio autonomo, — e o Rei timoneiro, dirigindo, governando, equilibrando, todos dentro do quadro marcado á função propria de cada um. . .

Nas tradições perdidas não sabemos quantos e quaes seriam as que perdurariam através dos tempos. Na imutabilidade propria das divizões territoriais, assentes em bases logicas e historicas, por certo hoje teriamos a mesma organização administrativa, se não



fosse o conceito diferente do Liberalismo francês, que veio fraccionar a terra pelo interesse eleitoral do suffragio.

A Revolução Francesa, veio cortar a sequencia das organizações e institutos tradicionais dos povos. Temos porem de atender á verdade historica e ao efeito social. A Revolução foi um mal? Só a reacção o aumentou ou desenvolveu por ineptia e covardia. Foi porem a consequencia de males e desvairamentos que a provocaram e agravaram. Se foi um desastre, está-se vendo na continuação dos seus efeitos, série ao que que parece indefinida e progressiva das causas longinquoas avolumadas sucessivamente por novos efeitos que se vão transformando em novas causas.

Em tudo que ha para construir é necessario contar com os factos consumados. Ha que ver o velho e o novo, as tradições e as novidades provenientes das necessidades ou das chamadas conquistas do mundo actual.

O liberalismo destruiu a antiga representação nacional, consequencia fatal de extinção das classes-castas. Porque a substituiu? Trocou uma ficção, — os braços do Estado, por outra ficção, — o parlamento com o suffragio. Este, desde que o poder ia para o Rei, e não vinha do Rei, impunha ao governo, força transitoria e instavel, a necessidade das maiorias que o aprovem.

Em nome da liberdade, contra as castas predominantes, acabava a provincia; em nome da liberdade, pela igualdade dos povos dentro do Estado, estendeu-se a todos a uniformidade da lei; em nome da liberdade, que dava aos governos liberaes a obrigação de governarem como senhores governadores de facto, extinguiu-se a autonomia municipal, por que tanto se préga hoje. Já sem o municipio regional, autonomo, nada seria a provincia.

Os antigos poderes municipaes e provinciaes passaram para o uso dos governos, organização propria do parlamentarismo, que não pode deixar de ser centralizador, concentrando poderes, dividindo e colidindo interesses, para regularem a maquina eleitoral. E a provincia desapareceu, substituida pelo districto, a cuja divisão só prisidiu o interesse de partido, sem qualquer verdade regional.

Se não fôra a furia centralisadora dos governos liberaes, a provincia mostrar-se-ia como necessidade politica, de politica nacional. É o que terá que fazer com moldes perfectos, em correspondencia ás modalidades da terra e da gente, e em harmonia com os altos interesses da colectividade nacional, a Monarquia futura. Esta Monarquia, que viverá baseada no passado, sem se ficar a contemplar as coisas mortas, tirará de ele a lição activa para corresponder ás exigencias do tempo. E uma das suas primeiras coisas, no seu trabalho organico da reconstrução social, será reatar as tradições da Provincia e do Municipio nas suas formas naturaes.

*Luis Chaves.*



## ÉCOS

**Conselheiro Antonio Cabral**

Logo nos primeiros dias em que se formou a *Acção Realista Portuguesa*, o Sr. Conselheiro Antonio Cabral veio dar-nos a sua adesão, enfileirando como companheiro respeitado e prestigioso entre os que combatem por uma monarquia anti-parlamentar. O antigo e fogoso deputado que se distinguiu em campanhas parlamentares pela combatividade da sua palavra; o ministro dos ultimos tempos da Monarquia que sempre manteve uma firme conduta em que nunca a sua hombridade se manchou; esse homem que, pelo seu passado, muitos julgavam preso ao erro liberal, não hesitou, logo que a sua intelligencia e o seu patriotismo lhe demonstraram o contrario, em confessar o seu erro, em repudiá-lo com uma admiravel e serena coragem.

Exemplo nobilissimo de quem serve a Patria sem condições, de quem serve o Rei sem lhe impôr principios anti-nacionais que anulam a sua função e autoridade. O Conselheiro Antonio Cabral é uma figura de belo relevo dentro da Causa Monarquica, e pela varonilidade da sua conduta, que nunca se entibiu, pela máscula nobreza da sua intelligencia, mereceu o respeito de nós todos e agora, que o contamos entre nós como um paladino duma Monarquia integra, uma grande e carinhosa admiração. Nunca é demais enaltecer a sua recente attitude, seu repudio dum caquetico liberalismo em que tantos da sua época se fossilisaram com uma teimosia que os transforma em múmias pitorescas dum passado que não pode voltar. O Conselheiro Antonio Cabral foi sempre um homem de acção que nunca se deixou vencer por um desalento passageiro, por um desanimo covarde. Esse vibrante espirito de acção, que conserva sempre moço o seu entusiasmo combativo, e a sua viva intelligencia que lhe desvendou a mentira, a essencia anti-nacional do velho liberalismo, em que pugnou com a elegancia dum tribuno, trouxeram-no para o nosso campo, onde entrou com a simplicidade dos que nada tremem. Estes tragicos anos de Republica a pouco e pouco lhe foram ensinando o caminho verdadeiro que a experiencia directa que recolheu no periodo da sua actividade politica confirmou plenamente.

O artigo que hoje publicamos é um documento notavel na sua substancia politica e no seu valor moral. Com as palavras que o conselheiro Antonio Cabral publica neste numero, o sufragio popular, base anarchica do liberalismo, fica posto em plena luz, com todas as suas mazélas congénitas à mostra, demonstrado como uma ignobil mistificação, — uma burla! O Sr. Conselheiro Antonio Cabral demonstra agora que possui a coragem, — a maior coragem! — de renegar esses tempos de luta eleitoral, de esteril parlamentarismo, em que a sua intelligencia superior foi ludibriada pelas

ideias de então. Nesta luta por um Portugal português, o Conselheiro Antonio Cabral destaca-se como uma figura de português verdadeiro, castigo, que vem trazer ao entusiasmo e desejo de servir das novas gerações o exemplo de toda a sua vida próba, da sua nobre coragem intellectual, do seu puro patriotismo.

**Restauração**

Para manter a propriedade do titulo saiu em Coimbra um numero deste semanario, orgão do antigo grupo da «Restauração», que pela sua campanha politica e independencia deixou na velha cidade universitaria uma bela tradição. Do seu artigo de fundo, assignado pelo Sr. Dr. Ernesto Gonçalves, transcrevemos as seguintes passagens, que merecem registo nesta revista:

«Há dois anos que em Paris os dois ramos da Casa de Bragança calavam as suas velhas rivalidades para se unirem, numa alta compreensão dos interesses nacionais, em defesa da nossa terra martirizada. Ficou então firmado o Pacto de Paris, — documento de nobre patriotismo, que deveria ter sido compreendido por todos os monárquicos no seu extraordinário valor, e acatado com o mesmo espirito de isenção e a mesma sabedoria politica que o tinham ditado. A Causa Monárquica, antes do Pacto de Paris, dispersava-se em facções, pequenas forças que inutilisavam o seu valor nacional em polémicas que só tinham como efeito demorar um facto inevitável, necessário: a unidade combativa de todos os que queriam com a instauração do Estado monárquico a integração do País nos seus destinos históricos. Esse Pacto resolveu esse problema; soluccionando a questão dinástica pôs termo a rivalidades que não tinham razão de existir perante o magno e dominante interesse da nação; proclamando a liberdade doutrinária de cada monárquico, permitiu a organização, em corpos independentes, militantes, das doutrinas que se agitam dentro da Causa Monárquica, mas impondo uma unidade de mando superior e uma única orientação nos problemas comuns da causa nacional. Declaramos sem hesitação que o Pacto de Paris não foi em geral compreendido e que as suas amplas libas foram interpretadas rigorosamente pelo grupo da *Restauração* que, constituído sob o signo protector do mais alto amor à nossa terra, nunca se poderia prender com parcialidades ou sentimentos particularistas. O nosso grupo, formado por estudantes da velha Universidade de Coimbra, surgiu no momento necessário como uma voz de independência moça, por vezes agreste, mas sempre sincera no seu amor à verdade nacional. Nós interpretámos o Pacto (e essa interpretação foi confirmada por quem de direito)



como uma base para uma imediata e enérgica organização de toda a Causa Monárquica num corpo único, onde respeitandose as divergências doutrinárias, que a vitalizam, todos os monárquicos se reunissem para a realização de comuns interesses nacionais. Mas nós nunca entendemos como unidade da Causa de El-Rei a unidade de doutrina. Desejamos que a dissensão dinástica fosse resolvida para que uma causa de dispersão de energias, que se degladiavam inutilmente, se anulasse. Submetidos a um Comando único, neutro no campo doutrinário e imperioso nas suas atribuições políticas, todos os monárquicos poderiam trabalhar para a restauração nacional, concorrendo com o seu esforço, a sua inteligência, e o seu elevado espirito de disciplina.

Como processo mais lógico e útil de organização da Causa Monárquica, as doutrinas, livres na sua acção, formaríam organismos independentes, mas dominados por um interesse comum e por uma comum disciplina política. O nosso grupo nunca desconheceu que no campo doutrinário nunca se poderia conseguir uma cómoda solução intermediária, — uma doutrina eclectica, decepada, onde as ideias se misturassem numa mescla vacilante e disforme. Perante a Inteligência seria ridícula uma tentativa dessa natureza. Desde o início, e depois, quando o Pacto de Paris tornou impossíveis as rivalidades dinásticas, nós sempre pugnámos por uma monarquia tradicionalista, anti-parlamentar, — por um Estado português em que a Nação pudesse viver em toda a sua plenitude, liberta de forças anárquicas, consolidada sobre o poder pessoal do Rei, sobre as Corporações, focos da Inteligência e do Trabalho, e sobre os Municípios, restituídos à sua fisionomia histórica.

Um profundo abismo separa doutrinariamente a nossa geração da velha gente do liberalismo. Enquanto nós somos anti-democratas e combatemos todos os vícios das constituições políticas nascidas da Revolução Francesa, — os liberais ainda sonham um Monarquia assente sobre a urna, — uma Monarquia que cheira a bolôr nesta época de fecundas renovações.

### Atentados Comunistas

O caso dos Olivais em que ficaram mortos um cabo de policia e três rapazes, dementados pelas doutrinas bolchevistas, tem uma importancia que passa alem duma efémera actualidade e, por isso nos permite um breve comentário. A alucinação revolucionaria que o estado de toda a Europa exacerbou, galga sobre o nosso país e, perante um Estado congenitamente débil e sem autoridade, ameaça subverter a ordem social. Na Camara dos Deputados, logo após o tragico successo a que nos vimos referindo, o ministro do Interior afirmou o seu propósito de levar a efeito uma acção enérgica contra os agitadores e esses perigosissimos anarquistas que fizeram do atentado pessoal um processo de combate. Certamente as afirmações proferidas no Parlamento cairão no esquecimento e os crimes sociais continuarão nesta anarquia sangrenta. A Republica transige criminosamente com todos os

inimigos da sociedade. Este regime sem energia que em todo é uma degenerescencia dum Estado, não possui a capacidade necessaria para elementar defesa da sociedade nem para organizar, desenvolvendo-a. O interesse nacional fica abandonado, — enquanto as clientelas tripudiam... Poderá, por um acto subito de energia, que certamente a derrancará, a Republica dominar por momentos a anarquia selvagem que nos ameaça. Mas nunca, a questão social será resolvida por este regime inerte para o pronta, sabia, fecundo desenvolvimento da nação — que é hoje um obstaculo perigoso, arcaico, para um forte movimento de salvação comum. A Republica torna impossivel uma obra nacional, que resolva todos os problemas que se agitam hoje no nosso país, entre os quaes adquire uma grande importancia a questão social. Só a Monarquia, com a sua estrutura forte e plastica, cuidando de todos os interesses, subordinando-os ao interesse commum da nação, só esse regime tradicional, que por, isso mesmo é o regime com todos os caracteres de estabilidade, conseguirá atacar a causa da anarquia que galga sobre o nosso país, implantando definitivamente a ordem.

### O Parlamento definido por ele próprio.

Relatam os jornais estrangeiros que a sessão de abertura das novas câmaras francesas decorrem no meio de grande agitação. Os comunistas, manifestando-se a favor da amnistia, exigiam a resignação do presidente da Republica. Os outros partidos da esquerda acompanharam-nos. Esperam-se acontecimentos mais graves ainda. Como acentuava um jornalista francês, as eleições em França foram ganhas... pela Alemanha. Os partidos da direita aconselham o sr. Millerand a dissolver as camaras. O momento é gravíssimo. A burla de sufrágio pode ter aniquilado um dia o sacrificio gigantesco que levou á victoria. O duelo está travado em França. Quem vencerá? O parlamento ou a nação?

Em Itália, onde Mussolini transigiu com a Democracia, esquecendo talvez os interesses longinquo da pátria, uma das ultimas sessões da camara dos deputados foi assinalada por uma verdadeira batalha entre fascistas e socialistas que se agrediram valentemente, ficando alguns deputados feridos. Enfim, uma scena genuinamente parlamentar! O que vale é que o grande «duce» italiano considera Montecitorio uma espécie de circo onde se apresentam palhaços e feras para divertir as multidões. Ele próprio tem declarado várias vezes que não toma «aquillo» a sério, e quando os farçantes exibem, dá-lhes duas chicotadas e mete-os na ordem.

Costumam dizer gravemente os nossos «conselheiros» Acacios e Pachecos — que fora de S. Bento são como o peixe fóra de agua — que o sistema parlamentar é mau (vá lá, confessam!) mas que ainda não se inventou nada melhor.

Em nessa opinião, não se inventou nada pior. Portugal viveu 7 seculos gloriosos sem conhecer tal escalacho. Foi justamente quando se macaqueou o figurino inglês, que o nosso país caiu na maior



decadencia. Confessou Antonio Candido em pleno parlamento que o parlamentarismo é inadaptable aos povos latinos. Diz-nos a historia do constitucionalismo portuguez que, a partir de 1834, só foi possível governar proficuamente . . . em ditadura. Hoje, o circo de S. Bento já nem divertido é. Para definir aquella instituição, não conhecemos melhor palavra do que a que o deputado Antonio Maia empregou na já celebre sessão de 2 do corrente.

Fazemos nossa a definição do sr. Antonio Maia.

A Nação, se quizer salvar-se, precisa reagir, e fazer desaparecer aquella «lama» por um cauo de esgoto, até a perder no mar.

\*

**Brevemente publicaremos artigos dos Ex.<sup>mos</sup> Srs. Conselheiro Fernando de Sousa e Dr. Pinheiro Torres.**

## Aos Combatentes da Monarquia Nova

Quando um sôpro de loucura e destruição descendo da Russia ameaça arrasar a Civilização Cristã; quando a falencia das democracias, que por cerca de um seculo fizeram época e ditaram a lei, traz á vida dos povos a vertigem do desequilibrio e a desorientação; quando esta republica que nos escravisa arranca a mascara e despe as vestes de sedução com que conseguiu iludir e acorrentar este nobre Povo de Portugal, e surge hedionda na sua abjecta nudez trazendo o terror e a incerteza a todos os espiritos, a Ala aguerrida dos Novos vem, serenamente e com confiança dizer á Nação que se tranquilize e que aguarde os dias de paz, de abastança e de gloria que, Deus permitirá, não tardarão. . . . Na França, onde nasceu a Revolução, toma consciencia da sua força a contra-Revolução. . . . Após trez quartos de seculo de democracia e uma duzia de anos de demagogia que fizeram do Reino glorioso de Ourique, de Aljubarrota e de Montes-Claros, das Descobertas e das Conquistas de Alem-Mar, um pantano infecto, um antro de criminosos e de abjecções, o Povo Portuguez inicia, a passos decididos a marcha para a Redempção e para a gloria. . . . O Proletariado de Portugal, todos quantos trabalham e produzem, conscienciosos dos seus deveres para consigo e para com a Sociedade, reunindo-se em sindicatos nacionalistas devem esperar o momento de que El-Rei possa vir sentar-se no seu legitimo trôno e assumir as suas legitimas e naturais funções. . . . *As Classes e as Regiões de Portugal*, cançadas de uma lucta esteril e esgotante emprehenderam o combate contra todas as democracias, contra todas as plutocracias, contra a desordem e, pela seleção de competencias, pelo reconhecimento e respeito pelas hierarquias e direitos, pela ordem, pela disciplina e pela Fé de nossos Maiores, confiam na salvação da Patria. Como guarda-avançada d'esta lucta das Classes e das Regiões contra os Partidos politicos, contra as democracias e plutocracias, vem a *Acção Realista* tocar a unir. . . São muitos os sindicatos monarchicos por esse Portugal alem. Não é um segredo. . . Todos, amigos e adversarios, o sabem. . . N'esta hora de abrir fogo contra o *inimigo de dentro* a *Acção Realista* sauda os sindicatos monarchicos e quantos caminham confiantes na victoria da Monarquia Nova, *pola Lei e pola Grey*.

*Visconde do Porto da Cruz.*



# Portugal para os Portuguezes

No nosso país todas as épocas de crise provocam um movimento salutar de reacção nacional. Se alguém duvidasse da eterna vitalidade da nossa Patria, teria nesse sintôma o mais vigoroso protesto, a prova mais eloquente, de que errava. Períodos, como o actual, de vegetativa existencia politica, em que a Nação parece submersa numa apatia taciturna, numa palida e *vil tristeza*, teem-se cavado ao longo da nossa Historia, mas irrompendo num impeto de vitalidade heroica, a consciencia nacional sempre se levantou para derrubar os falsos governantes, os fantoches ridiculos, os inconscientes traidores que, tendo o poder nas suas mãos, falseiam a sua missão e descaram criminosamente a propria vida da nacionalidade. Atravessamos um periodo de decadencia politica, em que a Republica, sem nenhuma finalidade portugueza, corpo morto dentro da nação que vive, opõe uma barreira pusilânime ao arranco da alma nacional que de dia para dia vê cada vez mais nitido o caminho da acção que lhe cabe trilhar: destruir o obstaculo, derrubar o ídolo bárbaro da Republica, para que a grande obra de restauração se possa iniciar num unânime, victorioso acordo, de todos os portuguezes.

Não ha motivo para desalentos. O espectáculo, que se nos apresenta, de governos que não sabem governar, imbecis e desorientados, dum Parlamento que sofre os males fundamentaes da sua instituição, duma anarquia que se estende pelo país além e em Lisboa já assume os aspectos duma selvageria sanguinolenta, — todo este espectáculo de inconsciencia dos politicos, não pode vencer-nos, tornando-nos scepticos ou indiferentes. Pelo contrario, o perigo que ameaça a nossa terra é o estímulo forte para uma poderosa reacção, reacção de ideias, que se oponham ás flácidas ideias liberaes e se condense num vasto movimento nacional que, no momento oportuno, esteja pronto a agir perante o Estado.

Somos monarquicos, não por capricho intelectual, por diletantismo elegante de quem, dentro do seu gabinete, se entregue a volupia das ideias. Somos monarquicos porque partimos dum patriotismo fremente como sentimento inicial e essencia mística da nossa acção. A Patria, antes de escolhermos a forma de regime, apresentou-se deante de nós como a unica realidade, a realidade mais vasta e geral, que teria de ser a base segura, o alicerce granítico, para uma conclusão politica verdadeira. A realidade da Patria Portuguesa, desenvolvendo-se, tomou corpo dentro da Monarquia, — e esse regime tradicional permanece como uma condição nacional, a raiz mais funda da nossa vida como povo livre.

Somos monarquicos porque somos portuguezes. Mas, partindo da nação para nos definirmos sobre a forma do Estado, obedecemos sempre a tudo o que era tradicional, isto é, vivo, palpitante de seiva, *abstractum* actuante, sempre em continua elaboração, que defende a nossa Patria de todos os perigos e a impele, apesar dos desvios democraticos, das ideologias nebulosas, para um iluminado caminho de resgate.



O paiz dirige-se num sentido bem claro de reorganisação de todos os seus elementos tradicionaes, que só necessitam ser exumados da leve camada apatica que um século de liberalismo, de democracia estúpida; e imbecilidade retorica, parece ocultar. Faliu em Portugal como faliu em toda a Europa a experiencia das democracias, que só amontoáram catastrofes, pulverisando as energias nacionaes. O arranco nacionalista que agita a Europa moderna é o signal de que uma nova epoca começa, — e que se desenha nas linhas humanas, energicas, duma sociedade livre de mentiras ideologicas. A Liberdade caiu na mesma falencia da pedra filosofal. . . Ninguem a procura !

No nosso país essa reacção manifesta-se hoje como um apelo da consciencia portugueza contra o que aí está, — contra toda a desorganisação actual, em que é impossivel realizar-se a imperativa necessidade de solucionarmos tantos problemas que nos assoberbam e assumem um character puramente nacional. Uma longa Historia, uma vida independente que se prolonga atravez de séculos, formáram em nós uma alma colectiva, um espirito que se enraiza no passado e se perde no futuro, como uma gloriosa certeza de salvação. E' esse espirito que nos anima, esse passado que sempre se renova, aparecendo vivo e actualisado deante de nós.

A Republica, em frente do impulso intuitivo da nação para salvar-se, é um obstaculo débil, que uma avançada revolucionária das energias nacionaes desfará facilmente, reduzindo-o a pó. A Republica é o erro que persiste, a mentira que ainda vive, a caranguejola, arcaica pela doutrina e meios de acção, que caricatura um Estado portuguez. Mas a Republica, se olhamos a crise que nos assalta, é o crime, a traição ! Aqueles que a defendem, embora alguns dêles liais e iludidos, não compreendem a nossa época, — o momento nacional e europeu. São retardatários que só nos provocariam um sorriso de piedade se nos limitassemos a estudar a vida portugueza com um epicurismo egoista, mas que, pelo contrario, temos de expulsar, como portuguezes maus ou inconscientes que não querem ver a realidade. Pois se eles teem a inteligencia obscurecida por preconceitos vetustos, ressequidos, cadaverisados. . . Pois se muitos sô veem na politica uma profissão fácil, e cómoda, uma industria bem lucrativa. Portugal, para salvar-se, tem de ser entregue aos portuguezes. Aos portuguezes conscientes, que obedecendo ao mandato espiritual do seu patriotismo, conhecem o processo real, positivo, de sairmos da decadencia que nos sufoca. Ha que optar entre Republica e Nação, Republica e Monarquia — Republica e Portugal ! A Republica só pode ser servida por republicanos. A Monarquia, estrutura viva da Nação, regime liberto de partidos, e de todas as desorganisadoras mentiras da democracia, tem de ser servido fielmente por todos os portuguezes. Só quando a Republica estiver aniquilada, e desfeitos todos os liberalismos, todos os erros da democracia desagregadora das energias nacionaes, só quando o Rei ocupar o seu trono, o seu lugar de Chefe, o seu poder de primeiro servidor, — só nesse momento de renovação Portugal estará livre de facções particularistas e entregue a todos os portuguezes.

*Ernesto Gonsalves.*



## Os operarios, vitimas do Progresso...

O seculo XIX foi o seculo da Sciencia e do Progresso... Subjectivamente, porem, a sciencia não explicou os misterios do sobrenatural : não satisfez as angustias do espirito humano : e, se o seu orgulho foi tão desmedido que chegou a negar Deus, a sua impotencia para o substituir foi tão grande que ainda hoje os homens se degladiam em procura de qualquer coisa, humana ou extra-humana, que possam divinizar para o substituir. Objectivamente, os progressos da sciencia no campo material não conduziram o operariado áquelle bem-estar a que tem legitimo direito, e queos propagandistas do *Progresso* tanto lhe prometeram : o desenvolvimento da riqueza, fruto do desenvolvimento industrial do seculo passado, não levou ao operarios uma melhoria de situação atinente ao esforço por eles empregado para que esse desenvolvimento fosse possivel. Pelo contrario, até, o progresso industrial foi causa eficiente da miseria em que o operariado se debate, levando-o logicamente ao extremismo bolchevista, como protesto contra a expoliação permanente de que o faz victima a ordem-burguêsa.

Por esta referencia á ordem-burguêsa, entramos propriamente no âmago da questão. Entre a anarquia e as ruinas causadas na sociedade moderna pelo progresso material, e as mentiras do progresso metafisico, existem as relações que ligam os efeitos ás causas. Se não tivesse sido proclamado que o homem nasce livre e que o progresso, para ele, consiste no regresso á natureza, e á vida primitiva, libertando-o de todos os laços que o prendem aos seus semelhantes e dele fazem um ser sociavel ; — se esta mentira não houvesse sido proclamada, não se teria destruido a organização clássica do Trabalho, não se proclamaria o *laissez faire, laissez aller*, da economia liberal, — a *livre-concorrença* que pôs em guerra aberta o operario, pobre e sem qualquer nucleo de resistencia por seu lado, e o patrão, forte e rico, com todos os meios para lutar e vencer ao seu dispôr. Da revolução de 89, dos *Direitos do Homem* tão decandados, saiu, afinal, a escravatura dos trabalhadores á ordem-burguêsa que foi sustituir, ilegal e injustamente, a autoridade legitima ; — ilegal, injusta, mas logicamente, — porque em toda a parte onde o governo é fraco e inepto, em todas as sociedades que se desfazem, é sempre o Dinheiro quem toma o lugar da autoridade legitima. — « *A Burguesia !* grita Proudhon a pags. 6 da sua *Filosofia do Progresso. Que pedia ela em 89 ? Tudo ! Ela bem o fez vêr. Uma vez a aristocracia desapossada, os bens nacionais postos em venda, a burguesia gritou que a revolução estava feita e que para alem dela só havia anarquia. Era ela por todos os governos que vendiam, vendiam, salvando-a e estabelecendo a ordem... Que pedia ela depois de 1830 ? Subvenções, recompensas, empregos, monopolios, privilegios, concessões de canais, de minas e de caminhos de ferro, isto é, agora e sempre : — Tudo» — Eis, segundo Proudhon, o que foi a burguesia saida da revolução, — revolução feita para libertar os homens, como homens e como trabalhadores, das mãos das autoridades legitimas, para mais tarde os conduzir a uma completa escravidão. Emquanto a ordem-burguêsa, por todos os meios ao seu alcance, procurava seguir o conselho de Guisot, enri-*



## ACÇÃO REALISTA

*quecel-vos! enriquecel-vos!* — os trabalhadores tinham por si, apenas, o *direito ao trabalho*. — Da *Declaração dos Direitos do Homem*, o unico direito que lhes restava era este irrisorio *direito ao trabalho*, que praticamente se traduzia por *direito a morrer de fome!*

Como foi possivel chegar-se a este estado de coisas? Como foi possivel cair-se na pior das escravaturas, na escravatura do Ouro, quando se fez uma revolução para libertar o homem de toda a servidão? Podemos responder abertamente: — pela disparidade, pela contradição entre o progresso metafisico e o progresso material. Enquanto o progresso material desenvolvia e multipllcava quasi ao infinito os meios de realizar riqueza, o progresso metafisico deixava o trabalhador na simples condição de escravo dessa riqueza que ele proprio creava. Abolido o Estado organico, desfeitos todos os sistemas classicos de protecção aos fracos, os trabalhadores não tinham quem os protegesse das exigencias do Capital. A livre-concorrencia era então a lei do progresso economico das sociedades: pois era essa mesma lei quem lançava os operarios n'uma miseria degradante. E por outro lado, desde que o Estado fraquejou e se deixou corromper pelas ideas novas, era a Burguesia, era o Capitalismo quem fatalmente lhe havia de lançar as mãos, dominando-o por completo.

E' incontestavel que o seculo XIX foi grande em progressos materiais; mas foi tão grande nestes progressos quanto foi pequeno em progressos intellectuais. As invenções constantes criaram o Industrialismo. O Capitalismo cresceu paralelamente. Se então existisse um Estado forte, se a Politica se não tivesse degradado, esse desenvolvimento seria um bem para a Civilização. Assim, foi um mal. Entre parentesis, deve dizer-se que a Civilização não consiste apenas no desenvolvimento industrial e comercial de qualquer povo. Esse desenvolvimento é simplesmente o aspecto material da Civilização. Se a Civilização é, como a definiu Maurras, um estado social onde o homem recebe muito mais do que aquilo que dá, — o que o homem deve receber não é sómente o conforto material: é tambem o conforto espiritual que só uma longa tradição artistica e intellectual lhe pode oferecer, e conforto moral que só lhe pode ser garantido por uma sociedade onde a moral não seja uma palavra vã, e o sistema de leis que governam os homens seja informado pelos mais altos preceitos de humanidade. Na Europa, por exemplo, o povo que tem, talvez, um maior desenvolvimento comercial e industrial (pelo menos assim era antes da guerra) é a Alemanha. A America, por seu turno, em conforto e desenvolvimento material, é o que ha de mais perfeito. E no entanto, ninguem ousará afirmar que a civilização da Alemanha e a civilização da America sejam superiores á Civilização latina, que é a nossa. Fechado o parentesis, compreende-se como os progressos materiais do seculo XIX se voltaram contra a Civilização. Exagêro reaccionario? Não. Porque não é Civilização um estado de coisas onde a preocupação mercantilista de enriquecer se sobrepõe a todas as preocupações d'ordem moral e intellectual: onde a casuistica materialista soube fazer distincção entre moral publica e moral privada; onde a inteligencia só tem liberdade de acção quando se coloca ao serviço do Ouro; — porque se não pode chamar Civilização a um estado de coisas que permite que o desenvolvimento da miseria publica seja proporcional ao desenvolvimento das riquezas, ou seja, o aparecimento do *pauperismo*; porque não é Civilização um estado de coisas onde o trabalhador é consi-



derado apenas como uma máquina de trabalho, recebendo como recompensa um salario que mal chegando para si, muito menos pode chegar para o sustento da sua familia, — enquanto os capitalistas recebem largos proventos por esse mesmo trabalho, para o qual só contribuíram com uma parcela minima ; porque enfim, não é nem pode ser Civilização um estado de coisas onde o Estado é dominado pelas oligarquias de politicos e financeiros, pela Plutocracia, que aos seus interesses privados sacrifica os interesses da nação inteira ! Ora, a sociedade moderna enferma de todos estes males. E estes males, sendo uma consequencia do Progreso, são, ao mesmo tempo, o contrario da Civilização.

O Estado capitulou diante das ideias da revolução francêsa e creou a ruina das nações que tinha por dever servir, passando das mãos da autoridade legitima para as mãos dos financeiros. O reino do Dinheiro começou, servido pela Plutocracia internacional, governando atravez da Bancocracia, gerada pelo desenvolvimento industrial do seculo XIX. Para que o operariado possa libertar-se da escravatura do Oiro, pior do que todas as escravaturas conhecidas, é necessario, pois, que o Estado recupere o seu prestigio e a sua autonomia. E' preciso que o Estado se *nacionalise*, passando a defender os interesses da Nação em vez de pugnar pelos interesses dos politicos, que são mandatarios, os directos representantes, não do país, mas dos financeiros organizados em Plutocracia. E a Plutocracia é por definição, internacional.

*Augusto da Costa.*

NOTA DA REDACÇÃO — Pela sua propria finalidade, pelos superiores intuitos nacionaes que a animam, a *Acção Realista*, além da sua attitude politica, deseja manter um intimo contacto com todos os que defendem os mesmos principios duma Monarquia verdadeira, dum nacionalismo integral, — duma profunda renovação da nacionalidade.

A nossa revista, portanto, não defende simplesmente uma orientação de politica monarchica, mas tambem uma doutrina : doutrina comum, como toda a gente sabe, á *Acção Realista Portuguesa* e ao *Integralismo Lusitano*.

Augusto da Costa colaborando neste numero com o seu brilhante artigo *Os operarios, victimas do progresso*, não vem dar-nos a sua adesão politica. A sua situação dentro desta revista mantem-se no campo da doutrina que todos nós defendemos.

A discordancia politica, que nos separa, nunca poderia perturbar a solidariedade de doutrina que nos une no mesmo pensamento nacionalista.

---

## EXPEDIENTE

A todas as pessoas a quem enviamos a nossa revista e não queiram honrar-nos com a sua assinatura, agradecemos o favor de no-la devolverem com a possivel brevidade para regularidade dos serviços de administração, e àquelas que concordam com a nossa doutrina, pedimos que nos indiquem nomes e moradas de pessoas a quem possamos enviar a nossa revista.



## O momento monarquico

O estado actual da sociedade portugueza, na iminencia de uma gravissima e inadiavel dissolução, fructo das maquinações de trez entidades, irmãs gêmeas da democracia — a Alta Finança, a Maçonaria e o Comunismo — é o sintoma mais alarmante para a consciencia da Causa Monarquica cujos principios são as unicas forças capazes de impedir a perda irreparavel da Nacionalidade.

O *judaismo* desenfreado de uma, o falso sentimentalismo humanitario da segunda, como o negativismo dissolvente da ultima, simbolos que são do internacionalismo individualista, negam pelos seus processos e pelos seus principios o espirito admiravel do Nacionalismo, enfraquecem a realidade etnica da Nacionalidade, tentando destruir a tradição e impedindo a constituição basica e juridica do futuro : são uns verdadeiros *cancros sociales*, dificultando a moderna evolução de «regresso», sacrificando a Nação ao interesse do individuo e da seita, só encontrando ambiente propicio á sua acção perniciosa e destruidora nos regimes em que as *élites* se ofuscam para dar lugar á expansão desmedida das oligarquias partidarias como na republica portugueza.

Foi a republica que permitiu a ganancia financeira da agiotagem escandalosa da nossa plutocracia bancaria que asfixia o povo portuguez, foi a republica que, nascida do seu seio, tem consentido que o maçonismo envenene o character e o sentimento da nossa gente, tem sido a republica que tem servido de prologo á invasão avassaladora do bolchevismo occidental. E' a subverção de todos os valores, é o dilacerar das fibras de um organismo com condições ancestraes de ainda arrepiar caminho : isto já não é republica, é a tragica transição da mentira democratica para a realidade palpavel da anarquia. Estamos no **momento monarquico**, na hora da Monarquia se pronunciar como a salvação da Patria.

A inteligencia e a razão ao serviço da nacionalidade, o character e o sentimento ao serviço da Patria, têm presenceado stoicamente as proporções e o vulto que atingiram todos os aspectos da dissolvença social, de maneira que, hoje, se apresenta como urgente e inadiavel a restauração da Monarquia como unico antidoto salvador pelos seus principios e pelas suas virtudes politicas. E' um dilema de uma fatalidade matematica, necessitando do socorro imprescindivel do patriotismo monarquico.

Mas, quando falamos em patriotismo monarquico, referimo-nos á fé inabalavel nos sagrados principios da Monarquia, a esse sentimento admiravel pela causa do Rei, a um verdadeiro patriotismo sem tibiezas nem comodismos, que não seja feito de incertezas e de indiferenças, capaz de se patentear na luta pela Causa e a ponto de se manifestar pela coragem audaciosa do combate. Sem este patriotismo virá o cáos, a desordem, a dissolução e o nada, tudo o que queiramos antever na distancia enigmatica d'amanhã, mas não virá a ordem, a prosperidade, o verdadeiro equilibrio da Nacionalidade, que só se pode conseguir com a Monarquia e esta com o patriotismo monarquico, um patriotismo sem especulativismos desnecessarios, um verdadeiro patriotismo belico. A inteligencia, a ordem



nos espiritos e o character apenas de todos nós, monarchicos, não fazem a Monarquia — preparam-na. Não esperemos tambem que os republicanos nos entreguem o governo da Nação porque os republicanos tambem não fazem a Monarquia — facilitam-na. Ha uma unica coisa capaz de fazer a Monarquia, uma só : — as armas dos monarchicos.

Se são então as armas que poderão restaurar a Monarquia, ponha-se á prova o patriotismo monarchico para a redenção de uma Patria escravizada e á beira do abismo, um patriotismo que tenda a extremar o grande campo realista. Que aqueles cujas condições lhe permitam dar a sua fé no combate, que aqueles que possam oferecer uma parcela de sacrificio á Causa do Rei, que aqueles que queiram derramar uma gota de sangue pela Monarquia, não continuem a colaborar com a sua indiferença no espectáculo aviltante da sociedade portugueza, presenceando de braços cruzados, o covarde suicidio da sua Patria. Que venham até nós patentear-nos a verdade das suas convicções, a pureza dos seus sentimentos patrioticos, a clareza da sua intelligencia, a coragem audaciosa do seu braço e o sacrificio heroico do seu sangue. . . Os outros, os timidos, essa avalanche consideravel de *conservadores* comodistas, as legiões numerosas dos indifferentes sem bussola no mar profundo do interêsse, que fiquem, que conservem a mesma attitude dubia de sempre, que se recolham á insignificancia do seu prestimo, que se isolem na mediocridade do seu valor porque a Causa Monarquica não é feita de devaneios, nem conduzida por sofismas, nem admite traidores e quere simplesmente no seu seio : monarchicos.

\* \* \*

Não pensem os nossos correligionarios existir qualquer divergencia na Causa Monarquica ; não podendo, portanto, a separação doutrinaria que ela apresenta, servir de regoijo a republicanos, nem de inquietações a monarchicos, concluindo-se que nos devemos de abster definitivamente de tecer considerações de ordem politica que possam envolver ressentimentos, scepticismos, que só servirão para occultar a realidade de uma só aspiração, para denegrir o sentimento numa mesma fé — a restauração da Monarquia. Que todos pensem no engrandecimento da Patria que é a suprema preocupação da Causa d'El-Rei, que não haja, portanto, desfalecimentos nem hesitações porque estamos presenciando e assistindo a uma das maiores oportunidades da nossa Historia — o **momento monarchico**.

Está desfeita, no coração de todo o monarchico sincero, a *lenda* de que S. M. El-Rei D. Manuel II não quere regressar a esta Nação gloriosa para lhe imprimir as bases admiraveis do seu futuro pela governação sabia da sua intelligencia ; está desfeita a lenda de que o povo portuguez quer a republica, quando ele não aneia senão pela Monarquia e, se assim é, organisemo-nos, preparemo-nos, não deixemos prolongar-se este periodo já longo de treze annos de tutela vergonhosa de uma Nação inteira a uma oligarquia criminosa de partidos, não guardando para amanhã a oportunidade de hoje, permitindo que desapareça como um fenomeno secundario da nossa vida o **momento monarchico**, que despresado, poderá arrastar consigo a Nacionalidade Portugueza.

Repito : **é o momento monarchico.**



# A "Acção Realista," e a imprensa

A revista da *Acção Realista Portuguesa* recebeu um acolhimento da imprensa que muito nos desvaneceu. Agradecemos a todos os jornaes que nos dirigiram palavras de camaradagem. Salientamos os companheiros de ideias que saudáram o nosso aparecimento e a todos êles protestamos a nossa mais lial camaradagem nesta luta sagrada pela restauração da Monarquia, que será a ressurreição da nossa Patria abatida pela democracia que a ameaça no seu espirito e na sua vitalidade.

Transcrevemos a seguir as locaes que alguns órgãos monarchicos dedicaram ao nosso movimento e que necessitam ser arquivados e comentados nas paginas desta revista.

Diz o *Correio da Manhã* :

## «ACÇÃO REALISTA»

Recebemos o 1.º numero d'esta revista quinzenal, da qual é redactor principal o sr. Ernesto Gonçalves e que, segundo o que se lê no seu principal artigo, se propõe ser «na opinião publica do paiz a transmissora dos juizos» da aggrregação monarchica que tem aquelle mesmo titulo.

A nova publicação, que é aliás perfeitamente redigida, dedica uma grande parte do seu texto á discussão das razões pelas quaes o *Correio da Manhã* deveria ou não inserir certas notas officiosas d'aquelle agrupamento monarchico e commemorar ou não o anniversario do outorga da Carta Constitucional.

Sem disprimor, porém, para com os distinctos publicistas que collaboram na nova revista, o *Correio da Manhã* esquivar-se-ha tanto quanto possivel a alimentar taes debates, com os quaes, a nosso ver, a Republica nada perde, e nada ganha a causa da Restauração da Monarchia.

Registado esta observação, cumpre-nos exprimir o voto que formamos pelas prosperidades da *Acção Realista*, cuja visita muito agradecemos.

Acrescentamos que nunca nos moveu o desejo de suscitar-mos discussões que só

veem dispersar energias que devem estar reunidas na mais forte solidariedade politica.

Simplesmente viemos pôr nos seus justos termos e com toda a justiça que nos cabe, uma questão que o *Correio da Manhã* levantou, demonstrando como era errada, perante as palavras de El-Rei, a sua attitude.

Tudo o que dissemos ha muito está dito e confirmado por quem possui autoridade para o fazer.

De *A Epoca* :

Saiu o primeiro numero desta publicação, de que é redactor principal o nosso prezado amigo, sr. Ernesto Gonçalves. Da sua primeira pagina recortamos a seguinte dedicatoria :

A SS. Magestade El-Rei e Rainha — A S. Magestade a Rainha Senhora D. Amelia — A S. Alteza Real o Senhor D. Duarte Nuno — A «*Acção Realista*» apresenta respeitosamente a homenagem mais sincera da sua dedicação e fidelidade.

Os fins da revista e a sua attitude perante a politica monarchica são explicados no artigo de fundo, que é assinado, pela *Acção Realista Portuguesa*.

Entre os colaboradores d'esta publicação destacam-se os nomes dos srs. Alfredo Pimenta, Ernesto Gonçalves, Caetano Beirão, Antonio de C. rtima, etc.

O aspecto grafico é interessante.

A' *Acção Realista* desejamos longa vida e prosperidade, tanto mais que nos é absolutamente simpatica a sua orientação.

Os principios monarchicos que defende, são os unicos verdadeiros, são tambem os unicos que se podem tomar a sério nesta luta sem treguas contra a ment'ra democrata.

Do *Correio da Noite* :

## «ACÇÃO REALISTA»

REVISTA QUINZENAL.

Recebemos o primeiro numero da *Acção Realista*, revista quinzenal monarchica.

Abre com um *avant-propos* da redacção, historicando o incidente da mensagem ao Lugar-Tenente de S.



M., Sr. Conselheiro Ayres d'Ornelas e referindo-se aos reparos levantados pelo nosso presado colega *O Dia*, quando este jornal se recusou publicar uma nota officiosa da A. R. P., bem como ás declarações que o órgão officioso da Causa Monárquica teve occasião de fazer pelo mesmo motivo.

Num excelente artigo do sr. dr. Alfredo Pimenta, este illustre homem de letras comenta com o seu belo e-pirito critico a comemoração, este ano, da Carta Constitucional nos jornaes constitucionalistas da Causa Monárquica, recordando as alterações que aquella sofreu e acabando por concluir que a Carta Constitucional em 1910 já não era aquele documento porque tinha pugnado o nosso liberalismo.

O sr. dr. Ernesto Gonçalves, um dos moços de mais talento do antigo grupo Restauração de Coimbra é o autor dum belo artigo sobre Monarquia e Nacionalismo.

Finalmente a parte do texto termina com um artigo do sr. dr. Caetano Beirão, onde mais uma vez este nosso amigo e illustre escritor nacionalista dá ensejo a que se apreciem dotes admiraveis da sua intelligencia.

Outro artigo e pequenos ecos da redacção constituem por ultimo o corpo desta apreciavel publicação cujo aspecto é digno de apreço e para a qual nós desejamos uma grande prosperidade.

As nossas saudações.

De *A Realeza*, de Vila Rial, recortamos parte da sua local :

O primeiro numero abre com respeitosa homenagem de dedicação e fidelidade a SS. Magestades El-Rei e Rainha — a S. Magestade a Rainha Senhora D. Amelia — e a S. Alteza Real o Sr D. Duarte Nuno, inserindo logo a seguir um artigo subscrito pela *Acção Realista Portuguesa* que se refere a umas considerações feitas pelo *Correio da Manhã* acerca da publicação de algumas notas officiosas emanadas da A. R. P. no órgão officioso da Causa Monárquica.

Seguem-se-lhe criteriosos e brilhantes artigos de Alfredo Pimenta, Ernesto Gonçalves e Caetano Beirão, nos quais é definido duma forma clara e entusiastica a doutrina seguida pela A. R. P. que orientada pelo mais puro nacionalismo visa a restauração da Monarquia Portuguesa que como tal tem de ser anti-parlamentar e livre dos partidos politicos.

A' «Acção Realista», cuja orientação politica é extremamente simpatica a todos os que neste humilde semanário trabalham, desejamos, com os melhores votos de longa vida, as maiores felicidades.

O semanario monarchico de Setubal, *O Municipio*, publicou sobre a nossa revista o artigo seguinte :

Na já numerosa imprensa monarchica do nosso paiz, acaba de surgir um novo combatente. A *Acção Rea-*

*lista*, é o nome d'uma nova publicação quinzenal que, acaba de ver a luz na cidade de Lisboa, e que se propõe iniciar entre nós um movimento doutrinario, de molde a restituir a Portugal a Monarchia, na pureza excelsa das suas gloriosas tradições.

A' sua frente, encontram-se nomes dos mais illustres nos annos do pensamento monarchico.

Fustiga com deusaombro, ardor e convicção, a cabala eleitoral no mais pernicioso dos seus effectos : o parlamento.

E como é fácil, na desastroza conjectura da hora que passa, provar com factos que valem mais que os argumentos, o quanto tem de torpe e prejudicial es a monstruosidade ignobil, que o liberalismo e a democracia cognominaram de *soberana vontade do povo, indicação solemne da nação*.

Irisão, perfeita irisão ! Como se o suffragio, alguma tivesse querido dizer, representar ao de leve sequer, a vontade do povo, a vontade da nação.

As eleições que a França acaba de realisar, e com as quais o nosso jacobinismo tem exultado, são a prova mais perfeita e convincente da desgraça, da ruina que tal systema governativo traz no seio dos povos.

Então o povo francez, o povo heroico que regou com o seu sangue o campo da batalha, o povo sacrificado que viu os seus lares derruinados na *debacle* mais tremenda que a historia regista, cheio de fome, de luto, de dôr, foi o povo que ellegeu para o Parlamento francez o traidor Malvy. Não, não foi ! Quem o levou para lá ? O caciquismo eleitoral, réles e asfixiante, que ellege os parlamentos

O regime parlamentar attingiu o seu fim. Soou para elle a hora derradeira. Está desacreditado. Não é mais que um viveiro de incompetencias.

O parlamento, entre nós, com a implantação da republica attingiu o maximo da depravação. Mas a republica entre nós os seus dias contados. Catorze annos de desgraça, se nada são na vida d'uma Patria, devem bastar para a experiencia d'um povo.

A monarchia volará, porque assim o quer a integridade d'esta Patria que nossos maiores fundaram á custa de heroismo e glorias. Mas não a monarchia que caiu em 1910, a monarchia de receios e tibiezas, a monarchia do regalismo hediondo ; mas sim a monarchia das grandes tradições, a monarchia dos grandes Reis.

A *Acção Realista* vem ser no nosso meio o arauto da boa doutrina. Queremos um Rei que governe, uma monarchia que não seja um mytho. Queremos a dignificação do municipio, pela escolha honrada de competencias que o administrem. Nada de parlamentos, nada de ficções que arrastam as Pátrias á ruina.

Que todos os monarchicos se unam em redor da *Acção Realista*, na obra de construção a que ella se propoz. Tenhamos por norte das nossas ideias o lema santo : Deus Patria e Rei. Honremos Deus no culto divino da santa religião Catholica ; honremos a Patria no alevantamento das suas mui nobres tradições ; honremos o Rei na pessoa Augusta de S. Magestade o Senhor D. Manoel II.

E quando assim tivermos feito, cumprindo o dever de filhos bons, temos levantado ao esplendor a que tem jús, esta terra tão infeliz

Oscar Pacheco.



## DECLARAÇÃO DE DOCTRINA

A Comissão organisadora da Acção Realista Portuguesa, dentro das atribuições que lhe foram conferidas pelos signatarios da mensagem de 8 de Dezembro, declara que as suas doutrinas correspondem ao restabelecimento da Monarquia organica, tradicionalista e anti-parlamentar que durante seculos fez a gloria de Portugal e que, pela sua essencia nacionalista e positiva, é o unico regimen capaz de restituir a Nação aos seus destinos historicos.

Lisboa, 29 de Janeiro de 1924.

▲ ACÇÃO REALISTA PORTUGUÊSA.



# A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a Família, o Município e o Sindicato profissional.

A constituição d'umas Côrtes Geraes representativas dos interesses da Igreja, da Terra, da Inteligencia e da Produção.

Um Rei que GOVERNE e escolha LIVREMENTE os seus ministros, RESPONSAVEIS PERANTE ELE.

Emfim A RESTAURAÇÃO d'uma MONARQUIA liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da tradição portugueza e do verdadeiro Interesse Nacional.

**Todos os monarquicos devem inscrever-se na Acção Realista Portuguesa,** enviando-lhe a sua adesão, e indicando a sua quota mensal e morada para a

**R. da Barroca, 59, s/loja — Lisboa**

**MARQUES, PEREIRA & C.<sup>A</sup>**

**BANQUEIROS**

Depositos á ordem e a prazo

Todas as operações bancarias

**Rua do Ouro, 61**

**Rua da Conceição, 116-118**

**LISBOA**

**TELE**grama PERMARCO  
telefone C. 1493

LUIZ COSTA

**A CIDADE  
VERMELHA**

... «Ahi é que, contra a presumpção que vinhamos al mentando, nos certificámos do veridico significado do romance «A Cidade Vermelha», significado que não é outro senão o da condenação do regimen bolchevista. . .»

(Da *Chronica Literaria do Jornal do Comercio*).

ROMANCE

Preço 5 esc.

PEDIDOS Á DEPOSITARIA

LIVRARIA PORTUGAL-BRAZIL

CHIADO, 60 — LISBOA

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

**Lama**

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020





A SERIE  
DE  
PERFUMARIA  
«Pompadour»

Constitue o nosso orgulho de fabricantes

---

Agua de Colonia «Pompadour»  
Brilhantina crystalisada «Pompadour»  
Dentifricios «Pompadour»  
Essencia «Pompadour»  
Loção «Pompadour»  
Pó de arroz «Pompadour»  
Sabonete «Pompadour»  
Shampoo «Pompadour»

---

Brevemente: Crème «Pompadour»

---

Thomaz Mendonça, Filhos, Limitada

43, Calçada do Combro, 47

LISBOA

Telephone C. 105